

DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA: UMA PIADA SEM GRAÇA

BRAZILIAN RACIAL DEMOCRACY: NOT A FUNNY JOKE

Fernando Lana Ferreira¹

RESUMO

Os debates em torno do racismo brasileiro são protagonizados há décadas por duas interpretações opostas. Uma tenta provar que há preconceito no Brasil e que ele afeta as relações raciais na vida de negros e brancos. A outra interpretação valoriza o fato de que o povo brasileiro vive em uma democracia racial que não discrimina e que oferece oportunidades iguais a todos. Este artigo pretende participar deste debate analisando manifestações de racismo brasileiras, incluindo as mensagens contidas nas inocentes piadas racistas.

Palavras-chave: Formas simbólicas. Ideologia. Piada. Racismo.

ABSTRACT

The debate surrounding the Brazilian racism are promoted for decades by two opposing interpretations. One tries to prove that there is prejudice in Brazil and that it affects race relations in the lives of blacks and whites. The other interpretation values the fact that the Brazilian people live in a racial democracy that does not discriminate and provides equal opportunities to all. This article intends to participate in this debate analyzing Brazilian manifestations of racism, including messages contained in “innocent” racist jokes.

Key-Words: Symbolic forms. Ideology. Joke. Racism.

1 Mestrando e cotista autodeclarado negro em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil. Bolsista FAPEMIG. Graduado em Psicologia pela Faculdade Pitágoras de Ipatinga, Brasil. Email: lana.psicologia@gmail.com

PROPÓSITOS DO RACISMO

O racismo no Brasil, assim como nos Estados Unidos e África do Sul, serviu primeiramente como uma ideologia transitória para justificar na esfera social, a escravidão ou colonização. A subordinação e sujeição política e econômica dos negros foram justificadas pela conquista e força dos senhores. Mais tarde pela inferioridade biológica ou cultural dos oprimidos, antes de serem legitimadas pela pobreza e características individuais dos sujeitados (GUIMARÃES, 1999, p. 106).

Nos Estados Unidos, no século XIX, a sociedade americana possuía vários estigmas que pregavam que os negros eram menos inteligentes, mais violentos, sexualmente libertinos e menos preocupados com a higiene pessoal. Por conseguinte, foi criado um sistema de leis e normas chamadas Leis *Jim Crow*. Os negros foram proibidos de votar em eleições, proibidos de estudar em escolas de brancos, comprar em lojas de brancos, comer em restaurantes de brancos, dormir em hotéis de brancos (HARARI, 2016, p. 150). O racismo nos Estados Unidos tinha então aparos no sistema jurídico. Os conquistadores e colonizadores europeus da África do Sul construíram um Estado plurinacional, isolando os povos nativos da nação sul-africana e não reconhecendo seus direitos à cidadania. Além disso, criaram subcidadanias para tratar de forma desigual as minorias étnicas. O Estado usou o racismo para regular completamente a vida econômica e política, além das relações sociais (GUIMARÃES, 1999, p. 106).

O desenvolvimento do racismo brasileiro aconteceu de forma distinta. Mesmo após a abolição do sistema escravocrata em 1888, o racismo foi conservado nas práticas sociais e nos discursos, mas sem ser reconhecido pelo sistema jurídico. Uma característica importante do racismo brasileiro é que sua existência é constantemente negada pela maioria da população. Contudo, ainda hoje, as práticas de discriminação e de desigualdades de tratamento continuam sendo

regra das relações sociais brasileiras (GUIMARÃES, 1999, p. 107). Da Bahia vem a seguinte explanação:

[...] os mulatos, quase brancos pela tonalidade da cor da pele, e os brancos pobres recebem o mesmo tratamento que os pretos. Isso para confirmar o ditado baiano que diz que branco pobre é preto, mas preto rico será sempre preto, pessoa perifericamente integrada na cidadania (KALY, 2001, p. 119).

Abdias do Nascimento (1978, p. 41) afirmava que continuamente intelectuais brasileiros esforçavam-se para edificar o conceito de democracia racial no país. O objetivo era de propagar a ideia de que no Brasil, pretos e brancos convivem harmoniosamente e que, portanto, gozavam de oportunidades iguais. Thales de Azevedo (apud NASCIMENTO, 1978, p. 42) proclamava que esta igualdade racial era “o maior motivo de orgulho nacional”. Millor Fernandes também defendeu esta ideia, quando disse, nas vésperas do aniversário de 80 anos da Abolição da Escravatura que: “Não há preconceito de cor no Brasil; o negro conhece o seu lugar.” (FONSECA, 2012, p. 101).

Em contrapartida, combatendo esta visão otimista de que o Brasil não tem preconceito contra sua população negra, temos o poema *Vozes na Treva*, que foi produzido em 1887, às vésperas do fim do sistema escravocrata. Hippólito da Silva escreve sua percepção de que os negros dificilmente se libertariam do estigma de inferioridade relacionado à cor de sua pele:

O negro é sempre o negro. Antípodas dos brancos,
É um maldito do céu, é um ente desprezível
Que traz na pele impresso o selo indestrutível
Com que Deus o marcou para uma vida inglória!
Nasceu para o chicote, e tudo mais é história! (AZEVEDO, 1987, p. 242).

Os debates sobre o racismo no Brasil aumentaram nos últimos anos com a implantação das políticas raciais. Para alguns a adoção

das ações afirmativas representa uma vitória política do movimento negro que conseguiu evidenciar a discriminação e seus efeitos na vida da população afrodescendente. Por outro lado, parte da população discorda da postura do Estado, argumentando que nosso povo mestiço vive em harmonia e que as ações afirmativas criarão inéditos conflitos entre brancos e negros, algo nunca antes observado em nossa democracia racial.

Os grupos que defendem a adoção de políticas raciais creem que mecanismos de acesso ao ensino médio e superior diminuiriam a reprodução da estratificação racial da sociedade brasileira. Além disso, os defensores das políticas raciais destacam normas constitucionais que recomendam a criação de políticas públicas que visem eliminar disparidades sociais (MOREIRA, 2010, p. 4).

Neste trabalho, recorreremos a um dos livros escritos a partir dessas recentes discussões para estudarmos a ideologia hodierna da nossa sociedade. Lançada em 2006, a obra de Ali Kamel, importante figura da emissora de televisão Globo, alerta para o perigo de se implantar o sistema de cotas no Brasil, pois concederá vantagens aos negros em um país onde não há racismo. Em suma, Ali Kamel alega em sua obra que o preconceito no Brasil não seria contra o negro e sim contra o pobre (KAMEL, 2006, p. 40).

Para entendermos a ideologia, é fundamental entender o que são “formas simbólicas”. Thompson (2011, p. 79) sinaliza que elas são um grande espectro de ações e falas, imagens e textos, que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros como construções significativas. Portanto, para entendermos as características do racismo brasileiro, tido como velado, todos os depoimentos, textos, falas e piadas tem grande valor. Nas piadas de cunho racista, inclusive as que citaremos neste artigo, os indivíduos negros são chamados de forma genérica e pejorativamente de preto, negão, crioulo. Este requisito atende uma das necessidades da piada, que é generalizar e

consequentemente homogeneizar pessoas e grupos usando termos hilários e depreciativos, que identificam indivíduos e grupos sociais (FONSECA, 2012, p. 118).

IDEOLOGIA RACISTA

A ideologia racista foi fundamental durante o tráfico de escravos da África para as Américas. O comércio de escravos foi enormemente lucrativo para as nações envolvidas (Inglaterra, Portugal, Espanha, entre outras), mas esta prática entrava em conflito com a fé cristã. A forma encontrada para conciliar a consciência cristã com as desumanidades a que os senhores submetiam seus escravos foi criar uma ideologia que declarava que os africanos eram biologicamente inferiores, desviando-lhes de uma humanidade plena (PENA, 2008, p. 15-16). A favor dos escravocratas surgiram mitos religiosos e científicos:

As pessoas não gostam de dizer que mantêm escravos de uma certa raça ou origem simplesmente porque é conveniente em termos econômicos. [...]. Mitos religiosos e científicos foram utilizados para ajudar a justificar essa divisão. Teólogos afirmaram que os africanos descendiam de Cam, filho de Noé amaldiçoado por seu pai, que disse que seus filhos seriam escravos. Biólogos afirmaram que os negros eram menos inteligentes que os brancos e que tinham senso moral menos desenvolvido. Médicos afirmaram que os negros viviam na sujeira e disseminavam doenças – em outras palavras, eram fonte de contaminação (HARARI, 2016, p. 148).

Mesmo com o fim do regime escravocrata, a ideologia racista sobreviveu e podemos presenciá-la ainda hoje. A ideologia que interpreta a história como uma luta natural entre raças sobreviveu às indagações da razão. Destacou-se tanto que conseguiu apoio de Estado e se estabeleceram em alguns países como doutrina oficial (ARENDT, 2012, p. 234).

Em 1865, a 13ª emenda à Constituição dos Estados Unidos aboliu a escravidão e a 14ª impôs que não se podia negar a cidadania e nem proteção igualitária perante a lei, baseada na raça das pessoas. Porém, nesta época, os americanos já tinham uma história de dois séculos de escravidão e consequentemente as famílias negras eram muito mais pobres e menos instruídas do que as famílias brancas. No fim do século XIX, ainda que um negro estadunidense conseguisse miraculosamente uma boa educação, ao enfrentar candidatos brancos por uma boa vaga de emprego, ele teria que enfrentar também os estigmas de que os negros por natureza eram pouco confiáveis, preguiçosos e menos inteligentes (HARARI, 2016, p. 149).

É errado imaginar que com o passar do tempo as pessoas entenderiam que estes estigmas eram mitos e não fatos reais. Ocorreu exatamente o contrário. Como todos os melhores empregos eram dos brancos, acreditar que os negros eram realmente inferiores ficou mais fácil. Era como se a ausência dos negros como médicos, advogados ou caixa de bancos confirmasse que eles são menos trabalhadores e inteligentes. Envolto por um círculo vicioso, a escassez de negros em empregos administrativos provava sua inferioridade (HARARI, 2016, p. 149).

No meio do século XX, a segregação racial americana provavelmente era pior do que no século XIX. Clennon King, um estudante negro se candidatou à Universidade do Mississippi e por este motivo foi forçado a ir para uma instituição psiquiátrica. O juiz responsável julgou que um negro só podia ser insano ao pensar que poderia ser admitido na Universidade do Mississippi. Ademais, o sexo entre diferentes raças se tornou um tabu, e qualquer violação era vista como merecedora de linchamento (HARARI, 2016, p. 151).

Emmett Till, jovem negro de Chicago, fora visitar alguns parentes em Mississippi. O garoto de catorze anos, após ser desafiado por seus colegas negros, ousou flertar com Carolyn Bryant, casada,

branca e mãe de dois filhos. Emmett fracassou em sua investida e quatro dias depois, foi raptado, torturado e morto com um tiro na cabeça pelo marido de Carolyn e por um comparsa (O'REILLY, DUGARD, 2013, p. 96-99). Mesmo sendo presos pela polícia, os dois foram absolvidos três meses depois por um júri composto por brancos.

Porém, o cenário americano é marcado com importantes ícones na luta contra o racismo. Sucintamente, iremos contar um pouco da história de cinco deles, começando com Rosa Parks. No primeiro dia de dezembro de 1955, Rosa estava sentada em uma das poltronas reservadas aos negros, em um ônibus na cidade de Montgomery. Ela estava obedecendo indiscutivelmente uma das normas da legislação *Jim Crow*. A ordem segregacionista do sul do país previa que se não houvesse lugar livre na zona reservada para os brancos, um dos negros deveria se levantar e conceder seu lugar para o indivíduo branco. O motorista do veículo ordenou que Rosa Parks se levantasse, porém ela permaneceu sentada em seu assento (THURAM, 2013, p. 303-304).

Pelo seu ato, Rosa Parks foi imediatamente detida, julgada e culpada por violação das leis segregacionistas (THURAM, 2013, p. 309). Quatro dias depois, a comunidade negra indignada organizou um boicote aos transportes públicos. Os organizadores, dentre eles Martin Luther King, surpreenderam-se com a adesão de toda a população negra da cidade que deixou de utilizar esses ônibus. King diz que:

[...] não havia nada de mais majestoso do que a coragem determinada manifestada por um indivíduo quando aceita sofrer e sacrificar-se pela sua liberdade e pela sua dignidade [...] Compreendemos, finalmente, que é mais honroso andar a pé e ter dignidade do que viajar de ônibus e ser humilhado (THURAM, 2013, p. 310-311).

Rosa Parks ficou presa por poucas horas, já que sua fiança foi paga por um grupo do movimento negro local. Porém, o boicote durou 381 dias e causou grandes prejuízos para as empresas responsáveis pelo transporte público. A maioria da população negra andava a pé. Outros

começaram a utilizar táxis conduzidos por negros, que cobravam exatamente o preço das tarifas dos ônibus. Incentivos financeiros começaram a chegar e um serviço paralelo de transporte pôde ser implantado. Rosa Parks começou a representar os vinte milhões de negros do país (THURAM, 2013, p. 311).

Em 13 de novembro de 1956, quase um ano após o incidente com Rosa Parks, o Supremo Tribunal de Justiça declarou que as leis segregacionistas aplicadas nos transportes públicos eram inconstitucionais. Rosa Parks contribuíra com seu sereno gesto para um momento histórico no combate à segregação racial estadunidense. Até hoje é conhecida como a “Mãe” do movimento dos direitos civis. A comunidade do país havia descoberto e constatado a eficácia de uma nova arma: a resistência pacífica (THURAM, 2013, p. 312).

Martin Luther King é outro símbolo importante do movimento antirracismo americano. Sua estratégia era de uma não-violência provocadora, um confronto conciliatório. Ele acreditava que a não-violência era muito superior do que a violência. Confiava em uma espécie de armadilha que consistia em virar a violência do outro contra ele mesmo. Seu objetivo principal era revelar a violência dos brancos do sul dos Estados Unidos, especialmente dos membros do *Ku Klux Klan*. Na década de 1960, os *sit-in*, ou ocupações, passaram a ser uma prática corriqueira do movimento negro dos estados do sul. Essa técnica muitas vezes organizada por King mobilizava grupos de negros que permaneciam sentados em lojas ou restaurantes onde os negros estivessem proibidos de entrar (THURAM, 2013, p. 325-326).

Na organização do movimento dos direitos civis, tão importante quanto King era Malcolm X. Ele defendia uma linha de ação que deveria favorecer a comunidade negra, mas recusava-se a condenar a violência dos negros oprimidos. Para ele, ao contrário de Martin Luther King, o mais urgente não era unir brancos e negros, mas conseguir a união dos negros (THURAM, 2013, p. 318).

De forma contagiosa, sua fala muitas vezes aparentava um enunciado racista contra os brancos, pois continha ideias similares às segregacionistas que sugeriam, por exemplo, que o negro pertencia a uma raça superior e que a raça branca era inferior e impura. King advertia que os posicionamentos de Malcolm X substituíam a tirania da supremacia branca pela tirania da supremacia negra. Por outro lado Malcolm rejeitava a estratégia de não violência e dizia que enquanto King realizava o seu “sonho”, os negros viviam um pesadelo. Em seu célebre discurso de 1964, *O Voto ou a Bala*, reafirmou que se necessário recorreria à violência perante a opressão (THURAM, 2013, p. 316).

Malcolm X foi assassinado em 1965. Na ocasião, alguns relembaram o verseto de que “todos os que se servem da espada, pela espada morrerão”. Com certeza não previam que Martin Luther King, Prêmio Nobel da Paz e defensor da não-violência, também seria assassinado em 1968 (THURAM, 2013, p. 321).

Cassius Clay, que mais tarde mudaria o seu nome para Muhammad Ali, tornou-se um dos maiores pugilistas da história e mais um símbolo contra o ódio racial. Embora usasse uma dose de humor em suas reivindicações, seus discursos se tornaram notáveis. Ao derrotar Sonny Liston, um campeão do mundo considerado invencível, Muhammad Ali declarou que:

Sou negro, sou o homem mais forte do mundo e não acredito na integração forçada. E por que razão não havia os negros de ter o direito de dizer que são os maiores, os mais fortes e os mais belos?! Os brancos afirmam-no todos os dias. Na América, tudo é branco. O presidente é branco, o administrador é branco, o xerife é branco, até a pomada para os sapatos é branca, Deus é branco, o Tarzan é branco, e o Super-Homem também, a voz celestial é branca e as mulheres casam de branco. E, no entanto, na América, dez por cento dos homens são negros. Trazem fama e glória aos Estados Unidos no desporto, na música, no canto e na dança. E para que, se nenhum negro exerce cargos de

responsabilidade na administração da nação? (THURAM, 2013, p. 248).

Quase cinquenta anos depois dessa denúncia de Muhammad Ali, os Estados Unidos elegeria seu primeiro presidente negro: Barack Obama. Durante seu mandato ele foi condecorado com o Prêmio Nobel da Paz por ter estimulado reconciliação com o mundo mulçumano. Mesmo conquistando a admiração de muitos, manifestações racistas atingiam o presidente de diferentes formas. Quando era primeiro-ministro da Itália, Berlusconi fazia comentários irônicos sobre a pele bronzeada de Obama. Em solo americano, camisas, fotografias e desenhos retratavam-no como um macaco a comer banana, usando um bigode parecido com o de Hitler ou pintando a casa branca de preto (THURAM 2013, p. 419).

É crucial aludir esses personagens da militância negra americana, mesmo deixando de mencionar tantos outros, para vislumbrar mais um problema na luta contra o racismo no Brasil. A história do combate antirracismo em nosso país é pouco conhecida e quase ausente dos currículos escolares. A imagem de Zumbi dos Palmares e de alguns defensores do abolicionismo quase encerra a trajetória de luta do afrodescendente como ator e criador de sua própria história. Desse modo, geralmente lembramos esses heróis apenas nas comemorações da Abolição da Escravatura ou no Dia Nacional da Consciência Negra (NASCIMENTO, 2003, p. 222).

Nascimento (2003, p. 204) aponta que uma identidade baseada somente na imagem da escravidão como referencial histórico tem poucas chances de construir autoestima. Para combater representações negativas que incentivam a crença da inferioridade, seria preciso resgatar o antepassado africano como agente histórico criador de civilizações e tecnologia.

Se voltarmos ao século XIX, encontraremos na França um marco importante para toda humanidade. Em 1853, o conde Arthur de

Gobineau publicou um livro intitulado *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*. No século XX esta obra influenciou importantes teorias racistas e que ajudaram a fundamentar o nazismo alemão (ARENDT, 2012, p. 249). A teoria de Gobineau postulava que a única razão para a queda das civilizações seria a degenerescência da raça, e de que esta é causada pela mistura de sangue. Politicamente, o conde propunha que uma raça de príncipes arianos deveria substituir a aristocracia e alertava que os arianos corriam risco de desaparecerem, através do sistema democrático, pelas classes não arianas inferiores (ARENDT, 2012, p. 252).

Adolf Hitler (REDEN, 1939 apud ARENDT, 2012, p. 733) repetiu muitas vezes: “O Estado é apenas um meio para o fim. O fim é: conservação da raça”. Os nazistas usaram a propaganda para difamar os judeus e para demonstrar ao povo os perigos de um domínio judaico. Eles fizeram isto forjando um livro nomeado *Protocolos dos Sábios do Sião*, que revelava os planos dos judeus em uma trama revolucionária mundial. Centenas de cópias foram vendidas na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial (ARENDT, 2012, p. 493). Hitler, em janeiro de 1939, anunciou:

Desejo hoje mais uma vez fazer uma profecia: caso os financistas judeus [...] consigam novamente arrastar os povos a uma guerra mundial o resultado será [...] a aniquilação da raça judaica na Europa”. Traduzido em linguagem não totalitária, isso significa: pretendo travar uma guerra e pretendo matar os judeus da Europa (ARENDT, 2012, p. 483).

Hitler previa que na guerra política o racismo seria mais forte para recrutar simpatizantes do que qualquer agente pago ou organização secreta. Os nazistas sabiam que a melhor forma de propagar suas ideias estava na sua política racial. O racismo não era arma nova e nem secreta, mas nunca havia sido usado com tanta coerência (ARENDT, 2012, p. 233).

Mais tarde, o regime comandado por Hitler anunciou que o povo estava disposto a expulsar todos os judeus da Alemanha. Revelou também que eles estavam dispostos a fazer todo o povo judeu desaparecer da face da Terra. Dois crimes internacionais estavam publicamente declarados neste momento: a expulsão como um crime contra as nações irmãs e o genocídio como um ataque à diversidade humana (ARENDT, 1999, p. 291).

O *apartheid* na África do Sul promoveu todo um sistema político para privilegiar os brancos. Cinquenta mil fazendeiros brancos possuíam doze vezes mais terras aráveis e de pastagens que quatorze milhões de camponeses negros do país (CARLIN, 2009, p. 51). No fim do século XX, jovens negros ainda só recebiam educação até os 15 anos. A lógica por trás desta lei era impedir que os negros recebessem uma educação que lhes permitisse aspirar cargos acima do que era permitido. Logo, os melhores empregos estavam permanentemente resguardados para os brancos (CARLIN, 2009, p. 52).

A Lei da Reserva de Benefícios Sociais Separados impedia acesso da população negra aos melhores parques e praias do país. Babás negras de bebês brancos também não poderiam viajar nos trens reservados apenas para os brancos. A Lei de Registro da População distinguia os grupos raciais entre quatro categorias principais. Os privilégios favoreciam em ordem decrescente: Brancos, Mestiços, Indianos e Negros. A partir do momento em que um sul-africano estivesse enquadrado em um destes grupos, as demais leis começavam a legislar sua rotina. Ele se sujeitaria a leis como a Lei da Imoralidade, que tornava ilegal não só a lei de casamentos inter-raciais, mas também a qualquer ato semelhante a um contato sexual entre pessoas de raças diferentes (CARLIN, 2009, p. 107).

A Lei das Zonas de Grupos proibia as pessoas negras e brancas de viverem nas mesmas partes das cidades. Esta separação física, aos olhos dos ideólogos do *apartheid*, era o estabelecimento da ordem

divina. Certamente, havia uma justificativa bíblica para condenar a maioria dos habitantes de um país a uma cidadania inferior. Um livro escrito por um teólogo em 1958 reconfortava os sul-africanos brancos que temiam ter que se misturar aos negros no céu. O livro garantia que a Bíblia assegurava que “na casa do Pai há muitas moradas”. A Lei das Zonas de Grupos também se aplicava à vida depois da morte (CARLIN, 2009, p. 109).

Avistando estes cenários marcados por um racismo desmascarado, anunciar uma suposta democracia racial no Brasil não era tarefa tão difícil. A ausência de leis, segregação ou de campos de concentração ajudavam na construção desta imagem de igualdade entre raças. Oracy Nogueira (2007, p. 291) afirma que o preconceito, tal como existe no Brasil, cai abaixo do limiar de percepção de quem, por exemplo, formou sua personalidade na atmosfera cultural dos Estados Unidos. Ainda no século XIX, religiosos estadunidenses aportaram no Brasil e ficaram surpresos com a proximidade entre brancos e negros, uma vez que a sociedade americana praticava a segregação etnorracial. Em solo americano, até mesmo as igrejas eram separadas, enquanto os brasileiros não viviam separação formalmente estabelecida (FONSECA, 2012, p. 75).

O testemunho de Elizabeth Agassiz, esposa do naturalista suíço Lois Agassiz, também demonstra surpresa similar. O casal estivera no Brasil na segunda metade do século XIX. Elizabeth, ao presenciar um baile em Manaus, relata que:

Era grande a variedade das toaletes; seda e cetim misturavam-se à lã e às gazes, e os rostos mostravam todas as tonalidades do negro ao branco, sem esquecer as cores acobreadas dos índios e dos mestiços. Não há aqui, com efeito, o menor preconceito de raça. Uma mulher preta – admitindo-se, já se vê que seja livre – é tratada com a mesma consideração e obtém a mesma atenção que teria se fosse branca. Todavia, é raro encontrar-se na sociedade uma pessoa que seja absolutamente de pura raça negra,

mas vêem-se numerosos mulatos e mamelucos, como chamam aos mestiços de índio e negro (SOUZA, 2008, p. 93).

Elizabeth surpreendeu-se com dois pontos importantes. O primeiro foi uma suposta ausência de preconceito de raças por parte dos brasileiros e o segundo o grau de mestiçagem da população. O casal Agassiz havia adotado os Estados Unidos como segunda pátria e encontraram em solo brasileiro um grande contraste em comparação com a sociedade americana da qual vinha. Mas a mesma experiência foi retratada de forma diferente por Louis:

Aqueles que põem em dúvida os efeitos perniciosos da mistura de raças e são levados, por uma falsa filantropia, a romper todas as barreiras colocadas entre elas deveriam vir ao Brasil. Não lhes seria possível negar a decadência resultante dos cruzamentos que, neste país, se dão mais largamente do que em qualquer outro. Veriam que essa mistura apaga as melhores qualidades quer do branco, quer do negro, quer do índio, e produz um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu (SOUZA, 2008, p. 94).

Embora Louis Agassiz tenha tentado advertir o mundo sobre a forma com que os brasileiros lidavam com a questão racial, no século XX fundou-se no Brasil o conceito de democracia racial. Mais de um século depois da visita da família Agassiz, outros estrangeiros ainda admiravam-se ao percebê-la em visitas ao país:

Em 1964, o presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, visitou o Brasil. Mas foi recebido muito mais como intelectual do que como presidente de uma República. No Rio de Janeiro, assim como em Salvador, Senghor foi recepcionado por bandas militares compostas quase exclusivamente de músicos negros. Parece que a montagem surtiu efeito no caso de Senghor, pois, em seu discurso proferido na Universidade Federal da Bahia-UFBA, ele defendeu o exemplo brasileiro de democracia racial. Para ele, a perfeita integração das raças no Brasil deveria servir de exemplo para a humanidade. Mas que

conhecimento tinha Senghor da perfeita democracia racial brasileira? (KALY, 2001, p. 112)

Kaly (2001, p. 112) menciona outro exemplo sobre as tentativas brasileiras em vangloriar-se de sua democracia racial. Durante a primeira visita de Nelson Mandela após sua saída da prisão, as autoridades baianas afirmavam de que não existiam problemas raciais no Estado. Curiosamente, não havia autoridades negras no alto escalão do governo baiano, mas era possível ver motoristas negros engravatados servindo a elite governamental.

É propício neste momento sublinhar uma das mais importantes propostas de várias ideologias. Ela oferece à sociedade uma imagem capaz de anular a existência efetiva da luta, da divisão e da contradição. Esta imagem de uma sociedade idêntica, homogênea e harmoniosa proporciona aos sujeitos uma resposta ao complexo desejo de identidade e neutraliza o temor metafísico de desunião (CHAUI, 2011, p. 38).

Porém, esta representação oferecida pela ideologia precisa de certa noção de racionalidade. Pra isso ela trabalha em duas frentes: Primeiramente a ideologia busca fazer com que o discurso sobre as coisas seja um discurso que coincida com as próprias coisas. Em seguida precisa afirmar que estas coisas são racionais e que esta racionalidade pode ser percebida no mundo. Com um discurso ideológico, sustentado por saber científico e por objetividade, resta ao pensamento apenas assumir que este argumento pode ser apreciado no mundo real (CHAUI, 2011, p. 41).

Os antisemitas, por exemplo, buscavam um ícone para racionalizar a teoria de que secretamente havia um governo judaico operando em todo mundo. Uma família judia muito relevante, que ficara conhecida internacionalmente como Casa Rothschild, acidentalmente ajudou a solidificar essa ideia. Os cinco filhos de Amschel Rothschild eram banqueiros respeitáveis que trabalhavam nas cinco principais

capitais financeiras europeias – Frankfurt, Paris, Londres, Nápoles e Viena. Hannah Arendt (2012, p. 56) afirma que:

Onde poderiam os antisemitas encontrar melhor prova do fantástico conceito de um governo mundial judaico do que nessa família? Unida, embora ativa em cinco países diferentes, proeminente em toda parte, em íntima cooperação com governos distintos, cujos frequentes conflitos jamais abalavam a solidariedade de interesses existente entre seus banqueiros estatais, constituiu-se no símbolo que nenhuma propaganda poderia ter criado para fins políticos de modo mais eficaz.

A ideologia é a forma específica do imaginário social moderno construída para suprir a necessidade dos agentes sociais representarem para si mesmos uma fisionomia social, econômica e política. Esta aparência, quando bem construída, funciona como ocultamento ou dissimulação do real. Ideologia é um corpo sistemático de representações e normas que ensinam a sociedade a conhecer e a agir (CHAUI, 2011, p. 15).

Marilena Chaui (2011, p. 33) salienta que não se combate a ideologia com um discurso não ideológico. O caminho para que a construção imaginária construída pela ideologia seja desmascarada precisa encontrar uma via que faça o discurso ideológico destruir-se internamente. Uma contradição interna incentivaria a criação de um enunciado que a autora denomina discurso crítico.

Casa Grande & Senzala de Gilberto Freyre é para muitos a obra literária mais importante do mito da democracia racial brasileira. Mesmo oferecendo muitas contradições que poderiam fomentar evidências do nosso jeito de fazer racismo, não avaliaremos o clássico de Freyre. Tentaremos fugir da rotina, já que este texto já passou por várias exegeses relacionadas ao racismo. Em razão disso, utilizaremos o livro *“Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor”*, de Ali Kamel. Buscaremos nesse manuscrito, mais atual

do que o realizado por Freyre, formas simbólicas da nossa ideologia racial.

O SARCASMO DA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA

Thompson (2011, p. 415-416) afirma que a interpretação da ideologia pode estimular uma reflexão crítica sobre as relações de poder e dominação na esfera social. Esse processo pode inspirar reações violentas, uma vez que atinge os nervos do poder. A interpretação lança luz nas posições dos que se beneficiam e dos que sofrem nas relações sociais assimetricamente estruturadas e consequentemente questiona o que a ideologia gostaria de manter inexplorável. A reflexão crítica, que não necessariamente precisa ser realizada por analistas sociais, gera e contribui para debates e conflitos que são atributos fundamentais e incessantes da vida em sociedade.

Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo, começa a sua obra confessando que o seu livro foi nascido do espanto. O seu texto defende que o país não deveria adotar sistemas de cotas raciais, uma vez que o Brasil é um país livre de racismo. Escreve o autor que:

Mais uma vez tive a prova de que os grandes estragos começam assim: no início, não se dá atenção, acreditando-se que as convicções em contrário são tão grandes e arraigadas que o mal não progredirá. Quando acordamos, leva-se o susto. Eu levei. E, imagino, muitos brasileiros devem também ter se assustado: quer dizer então que somos um povo racista? (KAMEL, 2006, p. 17).

Surpreendido, Ali Kamel deixa escapar uma amostra de estratégia ideológica logo no começo de seu texto. Podemos notar um exemplo de “tropo”, que é uma forma geral que se aproveita do uso figurativo da linguagem. Está presente na maioria das vezes sob o poder da literatura (THOMPSON, 2011, p. 84).

A “metáfora”, uma das formas mais comuns de tropo, está presente nas palavras de Kamel. A metáfora implica na aplicação de um termo ou frase a um objeto ou ação à qual ele, literalmente, não pode ser aplicado. A metáfora levanta uma tensão, que se bem-sucedida, gera um sentido novo e duradouro (THOMPSON, 2011, p. 85). O escritor diz que as ações afirmativas criadas para garantir a inclusão da população negra surgiram lentamente, entre alguns sociólogos desde a década de 1950 até se tornar política do governo. Primeiramente ele compara as políticas como se fossem “grandes estragos”. Logo em seguida revela que seu prognóstico sobre o assunto era de que esse “mal” não iria prosperar.

A metáfora como estratégia típica de construção simbólica está classificada dentre aquelas que operam em um modo conhecido como dissimulação. As relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas por estarem ocultas, negadas ou obscurecidas. A dissimulação age também quando desvia a nossa atenção ou ignora relações e processos existentes (THOMPSON, 2011, p. 83).

Adiante dedicaremos um espaço para estudar a teoria clássica de Oracy Nogueira. Em seus estudos ele assinalou que no Brasil o preconceito racial é de marca e nos Estados Unidos o preconceito seria de origem. Ali Kamel afirmou preocupado que as distinções apresentadas por Oracy ao invés de diferenciar a forma como cada nação pratica o racismo, tornam as duas maneiras semelhantes (KAMEL, 2006, p. 21). Antes de estudarmos mais um discurso do autor, é preciso trazer uma nota importante. Schwarcz (2012, p. 111) aponta que uma das interpretações do mito da democracia racial brasileira é que “somos racistas, mas nosso racismo é melhor, porque é mais brando do que os outros”. Porém, nosso racismo combina inclusão com exclusão social. No esporte, na música, no corpo da lei, conseguimos proporcionar alguma inclusão. Mas se verificarmos as estatísticas sobre lazer, trabalho ou nascimento, o cenário é desarmônico. Qualquer

estrangeiro ao entrar em clubes privados, teatros de elite, restaurantes luxuosos, conseguirá notar a coloração mais branca das pessoas nestes locais privilegiados. Nós, por estarmos inseridos em um processo de naturalização dessas discrepâncias, quase não reconhecemos estas diferenças. A autora denotou ainda que: “[...] não existem bons ou maus racismos – todo tipo de racismo é igualmente ruim –, é preciso pensar nas especificidades dessa história brasileira que fez da desigualdade uma etiqueta internalizada e da discriminação um espaço não formalizado.” (SCHWARCZ, 2012, p. 36).

Sobre os estudos de Oracy Nogueira, Kamel (2006, p. 21-22) advertiu que:

Em vez de ver as nossas especificidades e, diante delas, opor-nos frontalmente à situação americana, Oracy acaba por nos igualar, tornando-nos, como sociedade, tão racistas quanto os americanos. [...] ele prefere se apegar às manifestações concretas de racismo que aqui existem – xingar o negro disso e daquilo, preterir o negro em favor do branco etc. – e dizer que elas são regra, quando na verdade são, se não a exceção, manifestações minoritárias em nosso modo de viver.

Nesse trecho podemos notar algumas estratégias ideológicas. É possível contemplar uma forma de dissimulação tradicional da ideologia da democracia racial brasileira. A afirmação de que o povo americano é racista e que o Brasil está livre de preconceitos. Aqui está configurada a estratégia ideológica de “deslocamento”. Nesse processo um termo costumeiramente usado para se referir a um determinado objeto ou pessoa é usado para se referir a outro. Consequentemente, as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para o outro objeto ou pessoa (THOMPSON, 2011, p. 83). Nesse fragmento, Ali Kamel faz mais um esforço para provar que não somos racistas e que a discriminação seria um traço da sociedade americana e não da nossa.

O termo deslocado em questão é “racista”. Poucas expressões definem o racismo brasileiro tão bem quanto “racismo sem racistas”. Em 2009 os sociólogos Ângela Figueiredo e Ramón Grosfoguel publicaram um texto e usaram essa expressão logo no título do trabalho. Em meio aos debates sobre o sistema de cotas em nossas universidades públicas, eles perceberam que mesmo entre os intelectuais brasileiros antirracistas era possível encontrar alguns que como Ali Kamel, endossavam a ideia de que as ações afirmativas criariam um Brasil racializado, abalando assim o valor da nossa inestimável mestiçagem (FIGUEIREDO; GROSGOUEL, 2009, p. 223).

No livro de Kamel, a miscigenação foi usada para sugerir que somos todos misturados e iguais. Esse assunto merece destaque e uma fundamental retomada histórica. Descreveu o autor que:

Eu acredito que majoritariamente ainda somos uma nação que acredita nas virtudes da nossa miscigenação, da convivência harmoniosa entre todas as cores e nas vantagens, imensas vantagens, de sermos um país em que os racistas, quando existem, envergonham-se do próprio racismo (KAMEL, 2006, p. 40).

A ideologia pode operar também usando o processo de “unificação”. As relações de dominação podem ser fundadas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que une os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças e divisões que possam separá-los. O texto de Kamel exhibe a estratégia de “simbolização da unidade”, que é uma forma de construir símbolos de unidade nacional como bandeiras, hinos nacionais, emblemas e inscrições de vários tipos (THOMPSON, 2011, p. 86).

Na prática, a simbolização da unidade pode interagir com processos narrativos, uma vez que os símbolos de unidade podem ser uma parte integrante da narrativa das origens que consta uma história compartilhada e projeta um destino coletivo. Isso pode ocorrer

comumente em grupos sociais mantidos agrupados, em parte, por um processo contínuo de unificação simbólica, pelo qual uma identidade coletiva é criada e precisa ser continuamente reafirmada. Ao unificar indivíduos de uma maneira que invalide as diferenças e separações, a simbolização da unidade pode servir para criar e manter relações de dominação (THOMPSON, 2011, p. 86). Quando Kamel alega que somos uma nação de uma “convivência harmoniosa entre todas as cores” está destacando nossa suposta unidade.

Essa visão de unidade e harmonia racial brasileira é contestada por vários autores. Figueiredo e Grosfoguel (2009, p. 224) realçam uma contradição fundamental do nosso processo de miscigenação. O nosso povo no ponto de vista biológico é todo mestiço, todo misturado. Porém, a população brasileira é vista e dividida entre os mestiços mais claros e os mestiços mais escuros.

Como consequência dessa forma de divisão particular de nossa sociedade, Maria Thereza Ramos Féris precisou se defender duas vezes de acusações de racismo. Ela era diretora de uma escola estadual em São Paulo na década de 1990. A primeira acusação fora de ter proibido a professora Ana Augusta da Silva de entrar na escola. Maria Thereza na ocasião afirmou que “lugar de negro é na senzala”. Enquanto respondia por esse primeiro caso ela foi novamente acusada de racismo. Foi processada por impedir a matrícula de alunos negros na instituição que dirigia. No início de um ano letivo ela teve de remanejar estudantes de sua escola para outra e remanejou alguns alunos negros. Ela foi inocentada nos dois processos (TURRA, VENTURI, 1995, p. 19).

Em entrevista para a Folha de São Paulo, quando perguntada se as pessoas não deveriam tomar mais cuidado com o que dizem, Maria Thereza declarou:

Principalmente o branco. Mas precisaria acabar com isso, porque gera a animosidade, a raiva. Você já viu algum português te processar? Algum judeu te processar porque

você contou uma piada? E o que tem de repertório o português burro... É isso que eu quero: que a criança preta tenha o espírito do português. Ele não se sente, no fundo, inferior: dá risada (TURRA, VENTURI, 1995, p. 20).

Maria Thereza revelou ainda que “gosto não se discute” quando falava se gostava ou não de negros (TURRA, VENTURI, 1995, p. 19). Em outro caso, ainda na década de 1990, o Tribunal Superior do Trabalho admitiu pela primeira vez na história do país que poderia ter acontecido a dispensa de um empregado motivada por discriminação racial e que por esse motivo, o Tribunal ordenou sua reintegração ao emprego (SANTOS, 2013, p. 105).

A vítima de racismo em questão era Vicente Francisco Espírito Santo, negro, técnico de telefonia da ELETROSUL. Ele foi despedido sem justa causa em 1992 e embora tenha sido mais um funcionário dentre tantos dispensados pela empresa, o caso de Vicente tinha um agravante. O chefe da seção onde ele trabalhava, em reunião fechada que decidiria os que seriam demitidos, informou através de um bilhete que pretendia “clarear o ambiente” (SANTOS, 2013, p. 101-102).

No país sem racistas, em 1997, a senhora Aparecida Gisele Mota da Silva publicou no jornal Folha de São Paulo um classificado que expressava seu interesse em contratar uma empregada doméstica e informava preferência por pessoa de cor branca. Simone André Diniz ligou para o número informado no classificado e a pessoa incumbida de atender as postulantes, logo perguntou qual a cor da candidata. Simone respondeu prontamente que era uma pessoa negra e recebeu a notícia de que não preenchia os requisitos para o trabalho (SANTOS, 2013, p. 231).

Simone delatou a discriminação racial sofrida e o anúncio racista à Subcomissão do Negro da Ordem dos Advogados do Brasil do estado de São Paulo. O delegado de polícia relatou que não encontrara evidências de que Aparecida Gisele tenha praticado qualquer ato que

pudesse constituir crime de racismo. Com isso, um mês depois da denúncia o processo foi arquivado, mesmo contendo provas suficientes como a comprovação da autoria e da materialidade do delito penal. Além do mais, só a publicação do anúncio discriminatório já caracterizaria um crime, demonstrando fundamento suficiente para o Ministério Público ter iniciado ação penal (SANTOS, 2013, p. 232). Santos declara que:

A interpretação judicial predominante transformou a prática de racismo no crime perfeito, em que há vítimas, mas não há racistas. Mudar a lei, dirão os mais exaltados, é pura ilusão, pois estamos convivendo há mais de um século na história brasileira com a falsa ideia de que não há racismo no Brasil e, portanto, não há que buscar culpados (SANTOS, 2013, p. 232).

Outro acontecimento importante, conhecido nacionalmente como “Caso Ari”, refere-se às dificuldades vivenciadas pelo primeiro aluno negro a entrar no programa de doutorado de Antropologia da Universidade de Brasília, após 20 anos de existência do programa. Logo no primeiro semestre do curso, Arivaldo Alves foi reprovado em uma matéria obrigatória em circunstâncias estranhas. Essa reprovação poderia custar a ele o direito de continuar cursando o doutorado. Após um desgastante processo que durou mais de dois anos, o aluno conseguiu levar o seu caso até o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade que por sua vez, reconheceu a injustiça e forçou o Departamento de Antropologia a alterar a nota do doutorando e aprová-lo na disciplina (CARVALHO, 2005, p. 239).

José Jorge de Carvalho, orientador de Arivaldo, contou ter sofrido hostilidade por ter defendido o aluno. Rita Segato, coordenadora do curso de Pós-Graduação foi sumariamente despedida ao posicionar-se do lado do estudante. Mas graças ao “Caso Ari”, uma batalha marcante ignorada no livro de Ali Kamel, surgiria a proposta de cotas para negros na UnB. O pensamento que mobilizou os idealizadores da

proposta era de que “se é tão difícil manter um único aluno negro na UnB, vamos propor um sistema de cotas, para que pelo menos alguns negros permaneçam.” (CARVALHO, 2005, p. 239).

Ao afirmar que não somos racistas e concomitantemente deixar de lembrar exemplos de discriminação como esses que ocorreram, evidentemente, antes do lançamento de seu livro, Ali Kamel colabora intencionalmente ou não com a manutenção da forma de dominação vigente. Para que a ideologia seja eficaz ela precisa realizar um movimento que consiga neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda a tentativa de interrogação sobre o presente. As interrogações precisam ser desarmadas por representações e normas prévias que fixem permanentemente a ordem já instituída (CHAUI, 2011, p. 17).

Além de utilizar a ideia de miscigenação como evidência de harmonia, Ali Kamel utiliza o nosso processo de mestiçagem como uma prova cabal de que não somos racistas. Ele afirma que:

Ao lado disso, a nossa miscigenação é uma realidade e derruba por terra o argumento de que somos estruturalmente racistas. Não podemos ser. Um dado, a miscigenação, desmente o outro, o racismo. Evidentemente, como sempre me preocupo em dizer, o racismo existe aqui como em todo lugar, mas não é, nem de longe, uma marca de nossa identidade nacional (KAMEL, 2006, p. 103).

A mestiçagem certamente não livrou o Brasil do racismo. Basta olhar para a história nacional para percebermos que a miscigenação não foi proibida no Brasil como em outros países, mas passou por um minucioso crivo racista. Azevedo (1987, p. 205) destaca que a grande questão discutida durante todo o século XIX era o que fazer com o negro liberto do processo escravocrata ou quais controles institucionais seriam necessários para mantê-lo subordinado ao branco. Frederico Leopoldo Cezar Burlamaque, por exemplo, na década de 1830 defendia a devolução dos negros à África (AZEVEDO, 1987, p. 43).

Havendo uma forte crença na inferioridade racial do povo brasileiro surgiu nos anos 1850 um grande debate em torno da possibilidade de trazer para o país o imigrante ideal ou de um tipo racial mais adequado para purificar a “raça brasílica” (AZEVEDO, 1987, p. 37). Em 1869, Aguiar Witaker argumentava veementemente que a imigração de indivíduos de raças superiores para o Brasil solucionaria esse transtorno. Azevedo (1987, p. 143-144) sublinha que na época acreditavam que:

[...] a demonstração de que amar a pátria significa modificar a sua raça, purificando-a mediante a transfusão de sangue de raças superiores. Enfim, o problema de se forjar uma identidade nacional confluía para a questão insistentemente colocada pelos imigrantistas — a purificação racial, o que queria dizer não só substituição do negro pelo branco nos setores fundamentais da produção, como também a esperança de um processo de miscigenação moralizadora e embranquecedora.

Witaker apoiava a imigração de americanos para o Brasil. Já Tito Mattos não acreditava que o americano se adaptaria a dominação imposta por outros. Por essa razão aconselhava a imigração de alemães, uma vez que eles seriam mais propensos ao trabalho agrícola por serem pacientes, abnegados e resignados (ALPSP, 1869 apud AZEVEDO, 1987, p. 144).

Alguns foram contra a imigração de qualquer população asiática. Detendo-se a análise do chinês, acreditavam que esta etnia tinha como características: propensão para o crime, vícios e suicídio, indolência para os trabalhos rudes, isolamento étnico e incapacidade de aculturação em outro meio que não o seu (AZEVEDO, 1987, p. 74).

Não podemos deixar de lembrar que durante os últimos anos de regime escravocrata no Brasil, muitos brasileiros viviam amedrontados com receio de que o país se tornasse um Novo Haiti, uma vez que a sangrenta revolução em São Domingos matou muitos senhores de

escravos e suas famílias. Não havia garantia nenhuma de que no Brasil a situação seria diferente, já que os assaltos às fazendas, a criação de quilombos, pequenas revoltas individuais ou coletivas aconteciam desde o desembarque dos primeiros negros no século XVI (AZEVEDO, 1987, p. 35).

Em meados do século XIX, Carl von Martius registrou a ideia de que o país se definia por sua mistura inigualável, de gentes e cores. Ele usara para simbolizar o aperfeiçoamento das três raças humanas a metáfora de um poderoso rio representando a herança portuguesa absorvendo dois pequenos confluente, a saber, os índios e os negros. Era o Brasil representado pela particularidade de sua miscigenação. Era uma das primeiras manifestações ideológicas que valorizavam a harmonia e a falta de igualdade da nação, uma vez que era o rio branco que ia depurando os demais. Ressaltamos que essa ideia vencera um concurso em 1844, antes de Freyre e de Kamel, que discutia “Como se deve escrever a história do Brasil” (SCHWARCZ, 2012, p. 26-27).

A ideia se desenvolvera durante os anos do “quanto mais branco melhor” até a popular ideia do “negro de alma branca” (SCHWARCZ, 2012, p. 71). Nas famosas histórias infantis do Sítio do Pica-Pau Amarelo, temos uma amostra desse pensamento. Em um dos contos de Monteiro Lobato, o personagem Peter Pan explicava que as fadas morrem cada vez que uma criança diz que não acredita na existência delas. Porém, Tia Nastácia argumenta que nunca havia visto uma fada em sua vida. O desenrolar da conversa é importante:

- Cale a boca! — berrou Emília. — Você só entende de cebolas e alhos e vinagres e tocinhos. Está claro que não poderia nunca ter visto fada porque elas não aparecem para gente preta. Eu, se fosse Peter Pan, enganava Wendy dizendo que uma fada morre sempre que vê uma negra beijuda... — - Mais respeito com os velhos, Emília! — advertiu Dona Benta. — Não quero que trate Nastácia desse modo. Todos aqui sabem que ela é preta só por fora (LOBATO, 1953, p. 20)

Ainda realizando críticas sobre a implantação de cotas raciais no Brasil, Ali Kamel salienta que o Movimento Negro, sem considerar as diferenças das práticas de racismo nos Estados Unidos e no Brasil, decidiu erroneamente importar a solução americana para um problema americano (KAMEL, 2006, p. 23). Importante resgatar a figura do escritor Monteiro Lobato que ao escrever uma carta para seu amigo Artur Neiva, revelava o desejo de importar um remédio americano para ser usado em terras brasileiras:

“Mulatada em suma. País de mestiços onde o branco não tem força para organizar uma *Kux-Klan* é país perdido para altos destinos. André Siegfried resume numa frase as duas atitudes. ‘Nós defendemos o front da raça branca – diz o Sul – e é graças a nós que os Estados Unidos não se tornaram um segundo Brasil.’ Um dia se fará justiça ao *Kux-Klan*; tivéssemos aí uma defesa desta ordem, que mantém o negro no seu lugar, e estaríamos hoje livres da peste da imprensa carioca – mulatinho fazendo o jogo do galego – e sempre demolidor porque a mestiçagem do negro destroem a capacidade construtiva.” (HABIB, 2003, p. 125).

Outro importante opositor da mestiçagem e da forma brasileira de tratar as questões raciais era Renato Khel. Amigo de Lobato, partidário da eugenia, defendia a esterilização da população mestiça nacional. Ele acreditava que o modelo ideal a ser adotado no Brasil deveria seguir o modelo da África do Sul. Renato pregava que deveríamos separar os doentes dos sãos para construir uma nação saudável e evoluída (SCHWARCZ, 2012, p. 28).

A ideia de crise é mais um valioso conceito no estudo das ideologias encontrado no livro de Ali Kamel. Antes, porém, é preciso vislumbrar o conceito de racionalidade. Segundo Marilena Chaui, racionalidade seria um todo composto de partes. Ideias como burocracia, organização administrativa, planejamento da sociedade estão entrelaçadas a uma ideia de um todo que é composto por racionalidades

próprias que se ligam e criam a forma pela qual a sociedade é pensada. O vínculo entre estas ideias resulta na maneira pela qual se admite a racionalidade das formas de organização institucional (CHAUI, 2011, p. 47).

A racionalidade abstrata das leis almeja permitir o controle e a instrumentação de todo o real (CHAUI, 2011, p. 46). Quando as partes que formam a racionalidade param de interagir de forma harmoniosa, surge um problema para a ideologia. Este problema é chamado de crise.

A crise é percebida como um movimento da irracionalidade que invade a racionalidade vigente, fabricando caos e desordem que precisariam ser evitados. A racionalidade anterior precisa ser restaurada, ou uma nova deve ser implantada. A harmonia é pressuposta como sendo de direito e reduz a crise a uma desordem fatal, gerada por enganos, propositais ou não, de agentes sociais ou por mau funcionamento de alguma parte do sistema (CHAUI, 2011, p. 47).

A representação de uma crise presume que a sociedade foi invadida por uma contradição, um acidente, um desarranjo. A ideia de crise alerta que o desarranjo tem poder de colocar a “estrutura” em risco ou ainda, que a estrutura é inadequada para absorver a novidade. O acontecimento é encarado como engano ou inadequado. A crise consegue assim, para o bem da ideologia, transformar uma ordem ideal em uma desordem real (CHAUI, 2011, p. 47).

Quando a representação ideológica da sociedade parece ameaçada, a ideia de crise emerge para cumprir sua função ideológica. A noção de crise faz com que o conflito, a divisão e a contradição sejam vistos como uma forma de “perigo”. A crise almeja então desenvolver o sentimento de um perigo que ameaça igualmente a todos. Ela visa também potencializar o sentimento de uma comunidade de interesses e de destino, levando-os a aceitar uma bandeira da salvação de uma sociedade aparentemente harmoniosa (CHAUI, 2011, p. 48).

Ainda tecendo argumentos contra a implantação de leis que incentivam as ações afirmativas para negros no Brasil, Ali Kamel repudia a decisão do governo. Segundo ele, o Estado deveria se preocupar em dar estudo de qualidade para todos os pobres, sejam eles negros ou brancos. Continua seu discurso sobre as cotas dizendo que com a adoção das cotas, o Estado:

[...] tira a responsabilidade de si próprio, faz crescer um sentimento de culpa nos brancos, leva os negros a culpar os brancos pelas condições em que vivem e a agradecer ao governo o favor de denunciar a situação. Mas não resolve o problema, e pode criar outros, tão ou mais sérios: repito, o ódio racial, sentimento que até aqui desconhecíamos, e demandas impossíveis de atender (KAMEL, 2006, p. 77).

A principal crise apresentada no texto de Kamel é a ideia de que as cotas raciais fariam brotar uma ameaça nunca vista no país: o ódio racial. Contudo, é perceptível que ódio racial está inserido em na sociedade há séculos e que a discriminação resultante desse sentimento atua de forma inquestionável e por vezes, surpreendente. Frei Hugo Fragoso endereçou em 1960, um documento à Conferência dos Religiosos do Brasil, requerendo explicação sobre o problema enfrentado pelos candidatos negros em sua admissão aos seminários e conventos brasileiros:

Se procuramos sofismas tapeadores para esconder um erro que não temos coragem de confessar abertamente [...]. Se os excluímos, não por serem eles negros, [...] então não existe problema algum: apliquem-se as leis gerais, válidas para louros, brancos, morenos, mestiços, mulatos, amarelos, vermelhos ou negros [...]. Não! Nós não aceitamos tal candidato simplesmente por ser ele inidôneo, e não propriamente por ser ele negro. Há sinceridade nessa nossa afirmação? Sejamos francos e não nos iludamos, nem procuremos iludir os outros, nem muito menos tentemos iludir a Deus. Atrás de nossas objeções esconde-se (quase sempre inconscientemente) uma nota racista. Em última análise a razão derradeira por que barramos aos negros a entrada nos conventos e

seminários é por serem eles negros (FRAGOSO, 1998, p. 128 apud FONSECA, 2012, p. 77-78).

Reitores e padres encarregados das vocações deram várias explicações ao Frei Fragoso para que fosse evitada a inscrição de negros nos seminários. Com isto, revelaram justificativas preconceituosas como: “o negro é tapado”, “o negro quando sobe a alguma posição de mando não há quem o possa suportar”, “o negro é muito sexual”, “o negro é um complexado em face dos brancos” (FRAGOSO, 1998, p. 128-141 apud FONSECA, 2012, p. 78).

Em 2012, uma professora delatou um caso de racismo ocorrido em uma escola de Contagem, Minas Gerais. A avó de um aluno invadiu a escola para saber quem havia deixado uma “negra horrorosa” dançar com seu neto. A senhora encontrou a criança de 4 anos que fizera par com o seu neto e a chamou de “preta feia”. A professora Denise Cristina disse que ficou indignada com a convivência da escola diante do caso, pediu demissão e fez a denúncia. Segundo Denise, a diretora da escola se recusou a comunicar o fato ocorrido alegando que se fosse brigar com toda família preconceituosa não teria mais aluno na escola (FERREIRA, 2012).

Menos de 10 anos após o lançamento de seu livro, Ali Kamel teve chance de ver o mito da democracia racial mais de perto. Maria Julia Coutinho, funcionária da Rede Globo foi alvo de ofensas racistas em uma rede social. Na publicação de uma foto que mostrava a jornalista apresentando a previsão do tempo no *Jornal Nacional*, vários internautas fizeram críticas à cor de sua pele. Alguns chegaram a sugerir que ela só estava no programa por causa do sistema de cotas (ABI, 2015a). Poucos meses depois, Taís Araújo também seria alvo de mensagens racistas em uma rede social. As ofensas traziam o tradicional processo de animalização do negro como macaco. O cabelo da atriz também foi alvo de crítica (G1, 2015). No mesmo ano, o jornalista Guilherme Belarmino do programa *Profissão Repórter*, sofreu ofensas racistas e

ameaças de morte após apresentar uma matéria sobre a luta feminista no Brasil (ABI, 2015b).

Afirmar que não há racismo no Brasil é prestar homenagem à ideologia racial do país. Chavões intragáveis que confrontam os fatos e a lógica anestesiaram muitos brancos e negros que consequentemente, não parecem inclinados a enfrentar seus conflitos. Destarte, nosso sistema de desigualdades raciais tende a perdurar. A discriminação que concede privilégios para alguns e déficits para outros é negada, isentando assim os brancos ao mesmo tempo em que inculpa os negros (NASCIMENTO, 2003, p. 211).

PIADA COMO MANIFESTAÇÃO DO RACISMO BRASILEIRO

No Brasil, os comportamentos discriminatórios nas relações interpessoais são expressos muitas vezes através de piadas, ditos populares e brincadeiras de “cunho racial” (LIMA; VALA, 2004). A piada é uma forma simbólica muito importante, já que ela é um discurso informal que fomenta preconceitos, estereótipos e discriminações etnorraciais. Além disso, as piadas denunciam distorções sociais e ajudam a revelar a fragilidade da democracia racial brasileira (FONSECA, 2012, p. 12).

Thompson (2011, p. 83) esclarece que a estratégia de narrativização tem importante papel para a ideologia. Ele salienta que as histórias corriqueiras e piadas, que estão presentes diariamente em nossas vidas, reforçam um discurso de como teoricamente as coisas são. Podemos estar comprometidos, por intermédio do humor que lucra às custas dos outros, em um processo simbólico que serve, em alguns casos, para produzir e sustentar relações de dominação.

O Brasil é visto no exterior como um país de pessoas não sérias, que brincam e ironizam a crise seja ela qual for. Toda crise pode sofrer um abrandamento e uma dissimulação através da irreverência, do

nosso jeitinho. Um jeito delicado, mas não menos violento e perverso, é expressar o preconceito em relação aos negros através das piadas. Esta é uma marca do racismo à brasileira (FONSECA, 2012, p. 40).

É Importante frisar que neste aparente ambiente lúdico, os indivíduos que se divertem com determinadas piadas demonstram estar aparentemente de acordo com suas mensagens. As pessoas revelam consciência e assimilação, demonstrando uma relação de identificação entre a mensagem proferida e a leitura de mundo que é feita pela sociedade (FONSECA, 2012, p. 35).

Contudo, existem negros com uma disposição de se autoflagelar e difundem piadas racistas, graças a um longo mecanismo de negação, da internalização de valores hegemônicos, homogeneizantes e da doutrina do branqueamento. Não podemos encarar este fato como simples mecanismo de alienação, pois ele está inserido em complexas relações de poder e de posicionamento político-cultural e econômico de cada indivíduo no interior da sociedade (FONSECA, 2012, p. 37).

Os negros que difundem estas piadas na presença de brancos, em geral almejam tornarem-se os sujeitos produtores destas piadas, evitando assim ser o objeto risível e receptor da chacota. Não costumam fazer qualquer referência a eles mesmos. Este cenário mostra falta de identidade existente entre este negro e sua história, sua cor e seus demais traços fenotípicos (FONSECA, 2012, p. 38). É preciso realçar que as piadas nem sempre conseguem provocar o riso. Isto acontece quando elas não refletem o contexto sociocultural e histórico em que foram criadas ou quando seus receptores não se conformam em compartilhar mensagens que difundem o preconceito explícito ou implícito (FONSECA, 2012, p. 35).

Muitos alegam que no Brasil não existe racismo e sim “classismo”. Alguns autores defendem que o preconceito da nossa sociedade é contra o pobre e não contra o negro (KAMEL, 2006, p. 101). Esse pensamento errôneo ignora que o negro, independentemente da

classe econômica que pertença ou do trabalho que exerça, está sujeito a sofrer discriminação, como revelado na piada:

Naquela cidade do interior, havia um crioulo que era médico e político e tinha muita grana. Morava numa mansão.

Certa vez, apareceu pichado num dos muros, recentemente pintado de branco: “Aqui mora um preto”.

O dotô nem se abalou. Mandou um dos empregados pichar embaixo da outra pichação: “Um preto que é rico”.

No dia seguinte, surgiu no muro uma terceira pichação: “Mas é um preto”. (FONSECA, 2012, p. 100)

Este deboche mostra que os negros ricos também são objetos de discriminação. Revela também que na tentativa de transpor esse lugar social o negro precisará vencer várias barreiras e preconceitos. Negros que postulam cargos executivos no Brasil ainda sofrem com esta realidade. Wagner do Nascimento, quando foi candidato a prefeito de Uberaba (MG), foi estigmatizado pelos partidos de oposição com o jargão: Uberaba não poderia ter à sua frente um fuscão preto. Albuíno Azeredo, governador do Espírito Santo na década de 1990, declarou que a oposição usava um trocadilho contra ele durante a campanha: “Não votem em Albuíno, senão a situação vai ficar preta no Espírito Santo” (FONSECA, 2012, p. 106).

Quanto mais o negro ascende socialmente, mais ele incomoda. As práticas discriminatórias ocorrem com mais intensidade e mais frequência quando o negro consegue promoção profissional ou ocupação de cargos de comando. Estudos do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade racial mostram que a discriminação se revela também nas diferenças de remuneração entre brancos e negros, quanto mais aumenta a escolaridade dos negros (BENTO; CARONE, 2014, p. 53).

A ideia de que os negros são criminosos ou criminosos em potencial é muito ilustrada em diversos ditos populares como: “Preto

quando está dirigindo é chofer ou o carro é roubado” ou “Negro parado é vagabundo, andando é suspeito e correndo é ladrão.” (FONSECA, 2012, p. 92). Esta situação pode ser vista também na piada:

Em um ônibus vão uma mãe branca com o filhinho no colo e uma mãe negra com o seu filho, lado a lado, no banco.

O nenê branco fica com fome e começa a chorar, aí sua mãe abre a camisa, pega o seio e lhe dá de mamar. Ele mama, quando saciado abandona o seio da mãe. Antes que ele pegue no sono, a mãe dá uns tapinhas nas suas costas para ele arrotar. Ele arrota e dorme.

O pequeno filho da mãe negra também fica com fome e começa a chorar, procedendo então da mesma forma que o “branquinho”: puxa a camisa da mãe querendo mamar. Depois que o menino fica saciado, ela guarda o seio, fecha a camisa e começa a dar tapinhas nas costas do neguinho. Até que diz: “Arrota, meu filho. Arrota!”

O neguinho, todo assustado, levanta incontinentemente as mãos para cima. (FONSECA, 2012, p. 92).

A piada insinua que o negro é suspeito desde criança. A brincadeira entre “Arrota” e “a Rota”, demonstra o processo de discriminação e marginalização dos negros no país. A rota no contexto da piada refere-se às Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, que fazem parte do Batalhão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (FONSECA, 2012, p. 93).

Essas piadas aduzem o nosso debate para estudos que observam a suspeição policial. Este fenômeno comprova a importância dos estereótipos, uma vez que, baseado em diversos traços negativos mencionados sobre a população negra, torna os negros as vítimas preferenciais da desconfiança dos policiais e guardas de segurança nas ruas e em estabelecimentos como bancos e transportes públicos (GUIMARÃES, 1999, p. 107).

As piadas que sugerem a suspeição do negro menosprezam uma grande aflição da população negra em várias partes do mundo. Mas para tentar dimensionar o tamanho do nosso problema, vale a

pena destacar o depoimento de oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro que admitiram usar nas transmissões de rádio o jargão “elemento suspeito de cor padrão” para se referirem a suspeitos pretos ou pardos (MUSUMECI; RAMOS, 2005, p. 80).

Paul Amar (2005, p. 231) revela três pontos principais estudados nos Estados Unidos e que contribuíram para uma mudança de consciência nos setores de polícia e segurança do país. Ele acredita que esses estudos poderiam contribuir para transformação do cenário brasileiro e de outros panoramas internacionais. O primeiro termo articulado conceitualmente pelos reformuladores foi racismo institucional, que se refere às práticas discriminatórias que não estão explicitamente definidas na lei ou codificadas na política. Porém, são reproduzidas em rotinas, condutas, costumes e práticas profissionais em várias instituições como as de educação e de controle social. Estas ações podem ser intencionais ou não.

O segundo termo foi filtramento racial, que indica os meios racialmente tendenciosos usados pela polícia para identificarem os suspeitos ou para capturarem cidadãos. A terceira expressão avaliada foi cegueira racial, relativo à maneira como as entidades negam a existência de práticas raciais ao reenquadrar realidades raciais dentro de discursos neutros (AMAR, 2005, p. 231).

Pesquisas sobre a suspeição policial em território americano revelaram que buscas efetuadas em viajantes em aeroportos, em locais de controle urbano, assim como em motoristas em rodovias mostram graus praticamente iguais de drogas e armas encontradas com negros e brancos em termos de percentual do número total de indivíduos por categoria racial que foram detidos. Todavia, os negros são detidos em número maior do que os brancos, além de serem processados mais severamente e condenados com mais rigor. Assim sendo, o número de criminosos negros condenados se torna proporcionalmente muito maior do que brancos (AMAR, 2005, p. 264).

Carl Hart, importante neurocientista negro estadunidense revela uma interessante experiência vivenciada por ele em 1986, época em que morava na Inglaterra. Ele precisou parar seu carro em uma operação de trânsito. Era quase meia noite e embora um dos policiais tivesse percebido cheiro de álcool no seu hálito, ele foi liberado após apresentar a carteira de motorista e de realizar o teste de bafômetro (HART, 2013, p. 168-169).

Contudo, Hart assume que repentinamente sentiu falta de alguma coisa naquela abordagem policial. Avaliou-se e notou que seus batimentos cardíacos estavam normais, sua boca não estava seca e não precisou dar um suspiro de alívio. Escreveu o cientista que:

Os policiais não jogaram o facho das lanternas em meu olho, não assumiram nenhuma atitude específica quando viram que eu era negro. Mostraram-se gentis e respeitosos, sem presumir que um negro num bom carro devia ser traficante de drogas ou outro tipo qualquer de criminoso. Mesmo ao sentirem cheiro de álcool, não adotaram atitude de confronto ou julgamento, não presumiram que eu estava bêbado. Embora minha identificação como militar pudesse ter ajudado, ainda assim eu fora tratado como uma pessoa comum, e não como um cidadão de segunda classe ou um estrangeiro esquisito. Eu nunca vivera uma experiência assim (HART, 2014, p. 169).

Hart confessa que embora estivesse acostumado com intempéries da polícia dos Estados Unidos, não poderia deixar de tecer críticas à polícia britânica. Hart adverte que os policiais ingleses ainda agiam com brutalidade contra minorias étnicas, além de sustentarem um firme estereótipo dos negros jamaicanos como preguiçosos (HART, 2014, p. 174). O próprio governo do Reino Unido precisou se retratar sobre o comportamento policial revelando que:

[...] uma pesquisa governamental sobre o assassinato, pela polícia, de Stephen Lawrence, jovem negro britânico, destacou o termo: “O racismo institucional consiste no fracasso coletivo de uma organização na prestação de

um serviço adequado e profissional a determinadas pessoas em virtude de sua cor, cultura ou origem étnica. Pode ser visto ou detectado em processos, atitudes e comportamentos que constituem discriminação através de preconceito, ignorância, desconsideração e uso de estereótipos racistas inadvertidos que colocam em desvantagem pessoas pertencentes a uma minoria étnica (AMAR, 2005, p. 233).

Em nosso país, um evento ocorrido em 10 de agosto de 1996 demonstra como a suspeição policial pode ser equivocada e injusta. Na ocasião, ocorrera uma chacina no Bar Bodega, em São Paulo. Os culpados do crime foram rapidamente encontrados e eram todos pretos. Porém, dez dias depois a polícia libertou todos eles e apresentou novos acusados. Dessa vez, todos brancos. Esse fato que poderia ter gerado debates sobre a cegueira racial dos brasileiros passou quase despercebido pelos órgãos de imprensa e as falhas dos procedimentos policiais consequentemente permaneceram invisíveis (SCHWARCZ, 2012, p. 117).

Fazzi (2012, p. 179) aponta que no contexto educacional infantil, brincadeiras e desentendimentos são processos importantes da socialização das crianças. A pesquisadora sublinha que a gozação e o uso de xingamentos raciais torna esse tempo-espço de socialização entre pares um espaço propício e fundamental para a construção e desenvolvimento de preconceitos raciais. As gozações e piadas, consideradas pelos adultos como coisas de criança, muitas vezes não são levadas a sério, mas tornam-se mecanismos de aquisição, consolidação e objetivação de uma ordem social preconceituosa (FAZZI, 2012, p. 168).

Um problema apontado por Fazzi que pode ser verificado também em outras pesquisas é que crianças possuem um discurso relativizador que prega a igualdade entre eles. Utilizam exposições como “somos todos iguais” ou que “somos todos filhos de Deus”. Porém, destaca a autora que:

[...] um discurso de igualdade circula entre as crianças e as faz condenar o preconceito racial, ao mesmo tempo em que se comportam preconceituosamente e expressam atitudes preconceituosas. Ao agirem dessa forma, elas sabem que estão fazendo alguma coisa errada, que é necessário, inclusive esconder dos adultos. Assim, o discurso relativizador e o preconceito racial são componentes do processo de socialização das crianças, e ambos estão em processo de cristalização e de estabilização na infância. O discurso relativizador não tem, no entanto força suficiente para impedir que o comportamento preconceituoso se desenvolva (FAZZI, 2012, p. 211)

Além das piadas, Silva (1995, p. 69) estuda também a importância dos apelidos. Alguns deles aproximam o negro do animal, tentando configurar a sua inferioridade. Apelidos como *macaco* ou *urubu* são utilizados em nossa sociedade desde tenras idades. A pesquisadora denuncia também que as vivências de conflito percebidas pelo alunado negro ajudam a explicar alguns condicionamentos que contribuem para que ele tenha baixa autoestima, se sinta inseguro e desvalorizado (SILVA, 1995, p. 104).

Guimarães (1999, p. 107) argumenta que há dois motivos principais que dificultam o combate ao racismo brasileiro. O primeiro é que a sociedade brasileira não reconhece o racismo, nem de atitudes e nem de sistema, como responsável pelas desigualdades no país. O segundo é que as desigualdades raciais são vistas como desigualdades sociais de classe. Em relação às desigualdades sociais de classe, dadas as grandes desigualdades sociais entre brancos e não-brancos, é possível discriminar abertamente os negros, mulatos ou nordestinos sem se recorrer explicitamente à evocação de estigmas de raça, cor ou etnia (GUIMARÃES, 1999, p. 109). A precária condição socioeconômica da maioria da população negra também é tratada em piadas como: “Branco subindo morro é alpinista, negro subindo morro está indo pra casa” (FONSECA, 2012, p. 81).

Importante destacar que as formas simbólicas, além de serem interpretadas e compreendidas pelas pessoas que as reproduzem e recebem, também são construções estruturadas de maneiras definidas e que estão inseridas em condições sociais e históricas específicas (THOMPSON, 2011, p. 365). Não deixa de ser curioso o fato de que as piadas brasileiras que apresentam o negro como protagonista é um fenômeno recente. Não há piadas a este respeito na sociedade escravista. Trata-se de uma época em que o negro era tratado como mercadoria, excluído de participação e competitividade presente nas esferas de poder. Além disso, o sistema escravista vigente procurava transformar o escravizado em um animal, manipulando-o e negando sistematicamente sua capacidade de ser humano. Como o escravizado era um ser não histórico, acabava não sendo objeto das piadas (FONSECA, 2012, p. 36).

As piadas que se ocupam do africano e dos seus descendentes começaram após o fim da escravidão, da difusão das teorias raciais, com o início da imigração europeia, da doutrina do branqueamento, do temor de que o Brasil se tornasse um país negro como o Haiti e principalmente, com os mecanismos discriminatórios e marginalizadores que foram criados contra os negros no momento da mudança para a nova ordem social e jurídica instauradas pela República, pelo trabalho livre e assalariado. As piadas, portanto, eram produzidas e reproduzidas como uma ação política de exclusão da população negra (FONSECA, 2012, p. 36).

FORMAS DE PRECONCEITO RACIAL

O preconceito racial é uma disposição desfavorável e culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizadas, seja devido à

aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que lhes atribui ou reconhece (NOGUEIRA, 2007, p. 292).

As discussões que envolvem as relações raciais no Brasil regularmente carregam a preocupação de comparar a situação racial brasileira com a de outros países, especialmente com a dos Estados Unidos. A condição dos dois países são exemplos de tipos distintos de situações raciais. A situação americana apresenta um preconceito racial manifesto e incontestável. Já no Brasil, a situação mostra que o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de ser superada (NOGUEIRA, 2007, p. 289).

Oliveira (1974, p. 67) testemunha que a maneira mais refinada de descrever o preconceito de cor entre os brasileiros é compará-lo com atitude dos norte-americanos em relação à invalidez física. É alguma coisa que deve ser levada em consideração ou mesmo notada, mas não publicamente.

Oracy Nogueira (2007, p. 291-292) apresenta um conjunto de diferenças entre o preconceito racial norteador dos dois países. O preconceito brasileiro é, na falta de expressões mais adequadas, um preconceito de marca. Nos Estados Unidos, o preconceito é de origem. O termo preconceito de marca seria uma reformulação da expressão preconceito de cor.

Quando o preconceito é de marca, o preconceito se exerce em relação à aparência, ou seja, serão usados como pretexto para as discriminações os traços físicos, a fisionomia, os gestos, o sotaque etc. Quando o fator mais importante para a discriminação é a suposição de que o sujeito descende de determinado grupo étnico, diz-se que o preconceito é de origem (NOGUEIRA, 2007, p. 292). Embora o estudo de Nogueira só discorra sobre diferenças entre o contexto brasileiro e estadunidense, podemos perceber que tanto o *apartheid* sul-africano quanto o nazismo alemão foram processos baseados em preconceitos de origem.

Dentre algumas diferenças entre o preconceito de marca e de origem, Oracy Nogueira aponta que onde o preconceito é de marca, a ideologia é ao mesmo tempo assimilacionista e miscigenacionista. A ideologia onde o preconceito é de origem é segregacionista e racista (NOGUEIRA, 2007, p. 297).

A democracia racial brasileira nasceu com uma esperança intrínseca de que um dia o Brasil se tornasse um país branco. Sobre esta expectativa, Abdias do Nascimento aclara a situação com o exemplo: “Arthur Neiva louva a orientação imigratória: “Daqui a um século a nação será branca.” Enquanto João Batista de Lacerda, único delegado latino-americano ao Primeiro Congresso Universal de Raças, em Londres, 1911, predisse que no ano 2012 a raça negra teria desaparecido do Brasil.” (NASCIMENTO, 1978, p. 72).

Afrânio Peixoto, médico e escritor, tinha previsão diferente e dizia que o processo de miscigenação demoraria trezentos anos para mudar a cor da alma e da pele do povo. Dizia também que se não obtivessem êxito nesta empreitada, esperava ao menos disfarçar o caráter mestiço (NASCIMENTO, 1978, p. 73).

Nos Estados Unidos, a expectativa da maioria, em relação ao grupo discriminado, é que esta parte da população permaneça em um mundo social à parte, de modo a se envolverem o mínimo possível com o grupo discriminador, que pretende preservar-se puro (NOGUEIRA, 2007, p. 298).

Onde o preconceito é de marca, utiliza-se o critério fenótipo ou aparência racial para a definição dos membros do grupo discriminador e do grupo discriminado. Já onde o preconceito é de origem, prega-se que o mestiço, seja qual for sua aparência e independente de qual seja a proporção de ascendência do grupo discriminador ou do grupo discriminado, ele será considerado como membro do grupo discriminado (NOGUEIRA, 2007, p. 298).

A presença do mulato no Brasil tornou mais difícil, quiçá impossível, a proclamação de uma segregação racial nos moldes dos Estados Unidos. Com inúmeras graduações de cor, discriminar as pessoas na base da cor implicaria não só em grandes gastos, mas também em grandes inconvenientes (OLIVEIRA, 1974, p. 67).

Sobre as relações interpessoais, onde o preconceito é de marca, podem ser marcadas por amizade e admiração que cruzam facilmente as fronteiras de marca (ou cor); onde o preconceito é de origem, as relações entre indivíduos do grupo discriminador e do grupo discriminado são severamente restringidas por tabus e sanções de caráter negativo (NOGUEIRA, 2007, p. 297).

No Brasil, um indivíduo pode ter preconceito contra as pessoas de cor e ainda assim, ser amigo, cliente ou admirador de um negro, sem que isto cause uma mudança de atitude ou de conceito de outras pessoas em relação a ele. Já nos Estados Unidos, o branco que mantém amizade com negros pode ser chamado pejorativamente de “negro-lover” ou de “negro voluntário”. O branco que se casa com pessoa de cor, socialmente, passa a ser negra e passa a ser discriminada como tal (NOGUEIRA, 2007, p. 297). Outra diferença interessante é que a expressão “minha nega” é corriqueiramente utilizada pelo homem brasileiro ao dirigir-se à sua companheira branca, fato impensável nos Estados Unidos (OLIVEIRA, 1974, p. 65).

Onde o preconceito é de cor, a etiqueta de relações inter-raciais põe ênfase no controle do comportamento de indivíduos do grupo discriminador, de modo a evitar a susceptibilização ou humilhação de indivíduos do grupo discriminado. Onde o racismo é de origem, a etiqueta dá ênfase no controle do comportamento de membros do grupo discriminado, de modo a conter a agressividade dos elementos do grupo discriminador (NOGUEIRA, 2007, p. 299).

O comportamento dos brancos e negros estadunidenses, uns para com os outros, é estritamente regulamentado, de modo a

evidenciar a posição desfavorável dos negros. Já no Brasil, evita-se a falar em racismo ou questões relacionadas à cor, na presença de indivíduos pardos ou pretos. Coloca-se em prática o ditado de que “em casa de enforcado, não se fala em corda”. No entanto, em qualquer discórdia com a participação de uma pessoa de cor, a primeira ofensa dirigida a ela é a referência a sua origem étnica (NOGUEIRA, 2007, p. 299-300).

Nos anos 1930, Mário de Andrade denunciou a forte conotação racista e denegridora da palavra “negro”, da qual ele mesmo fora vítima. Explicava que quando um brasileiro (branco) se zanga contra alguém cuja cor o deixa em dúvida quanto a uma possível origem africana, logo lhe joga à cara o xingamento – NEGRO! Mário, porém, afirma tranquilamente, depois de ter sofrido o insulto: “Não me destruiu, ao contrário, eu vou muito bem, obrigado!” (FERREIRA, 2006, p. 168).

A estrutura social apresenta-se diferentemente entre o preconceito de marca e o de origem. Onde o preconceito é de marca, a probabilidade de ascensão social está na razão inversa da intensidade das marcas de que o indivíduo é portador. Com isto, o preconceito de raça fica disfarçado sob o de classe (NOGUEIRA, 2007, p. 303). No Brasil, prega-se há muito tempo que a sociedade estaria sedimentada nas relações de classe e não de raça. O processo de ascensão social estaria ao alcance de todos e dependeria apenas das potencialidades de cada indivíduo (SILVA, 2000, p. 100). Este cenário fictício de democracia já causava conflitos entre grupos no século XX:

Nos anos 1920-1930, as relações entre os italianos e os trabalhadores nacionais, entre os quais se encontram inúmeros negros e mulatos, são marcadas por conflitos e ressentimentos gerados pela competição no mercado de trabalho e por mecanismos desiguais de ascensão social, à medida que a industrialização e a ordem capitalista fincam-se na cidade (FERREIRA, 2006, p. 167).

Pregava-se que o maior culpado pela inferioridade do negro era ele mesmo. Há relevante literatura que trata do mulato que ascendeu socialmente, insinuando que quanto mais clara a sua cor, maiores serão as chances de emergir socialmente (SILVA, 2000, p. 108). Sobre esse tema, Figueiredo e Grosfoguel (2009, p. 225) afirmaram o seguinte:

[...] jamais lemos um artigo sequer escrito por um mulato em que os benefícios ou vantagens de ser mulato no Brasil fossem abordados. Ao que parece, o debate ocorria em outro âmbito, contando apenas com a presença de pesquisadores brancos ou mestiços muito claros, e o mulato, silenciado, lia e aprendia sobre os benefícios e as vantagens de ser mestiço no Brasil.

Onde o preconceito é de origem, o grupo discriminador e discriminado são rigidamente separados um do outro, em *status*, como se fossem duas sociedades paralelas. Estão em simbiose, mas irreduzíveis uma com a outra. Os estadunidenses vivem uma impermeabilidade tão grande entre brancos e negros que alguns sociólogos não se escandalizam com a utilização do termo “casta” para definir a organização social norte-americana (NOGUEIRA, 2007, p. 303).

É profícuo nesta hora destacar que embora os processos raciais do Brasil, dos Estados Unidos e da África do Sul sejam marcados por muitas diferenças, há confluências importantes entre eles. Nelson Mandela, um dos maiores responsáveis pela transferência pacífica de poder da África do Sul do *apartheid* para a democracia, sustentou-se durante os 27 anos que passou na prisão com o sonho do norte-americano Martin Luther King Jr.: que um dia as pessoas em seu país fossem julgadas não pela cor de sua pele, mas pelo seu caráter (CARLIN, 2009, p. 9).

Em 1991 em Durban, Abdias do Nascimento participou da 48ª conferência do Congresso Nacional Africano representando o Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Namíbia.

Era a primeira vez que Nelson Mandela participaria do evento após sua libertação. No seu discurso de abertura, Mandela alertou para “a dupla face do *apartheid*”, advertindo que algumas leis segregacionistas haviam sido abolidas, mas os detentores do poder pretendiam manter seu domínio com uma hierarquia racial disfarçada (NASCIMENTO; LARKIN, 2014, p. 254). Abdias do Nascimento, em sua saudação compara a queixa de Mandela com o estilo brasileiro de “democracia racial”:

Porém, não nos submetemos a essa opressão do *apartheid soft* à brasileira, e nem desejamos essa má sorte para o povo da África do Sul de passar de uma *apartheid hard* para um *apartheid soft*. Juntos, lutaremos contra a ideologia e a prática da chamada democracia racial, que no concreto significa aquela espécie de *apartheid soft* que nós combatemos no Brasil (NASCIMENTO; LARKIN, 2014, p. 255).

Para encerrar, é oportuna a declaração de Nelson Rodrigues (apud NASCIMENTO, 1978, p. 77), que também compara e acusa o racismo brasileiro: “Não caçamos pretos no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. Nós o tratamos com uma cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo que fermenta em nós, dia e noite.”

PARECE PIADA, MAS NÃO É

O propósito desse trabalho foi lançar feixes de luz na ideologia que conduz as relações raciais no Brasil e sobre os problemas causados por ela. Nossas formas simbólicas criaram situações que afetam a vida do elemento suspeito de cor padrão, do elemento incompetente de cor padrão, do elemento feio de cor padrão. Nossos preconceitos raciais continuam atingindo diariamente a população negra desde as crianças mais jovens até figuras prestigiadas dos meios de comunicação.

Visamos destacar também a intrigante controversa do racismo nacional: a ausência de racistas. Durante o regime nazista, indubitavelmente os alemães eram racistas, na segregação racial conduzida pelas normas do *Jim Crow* a culpa estava nos ombros de grande parte da população branca ou da *Ku-Klux-Klan*. O *apartheid* favorecia a população branca em detrimento da maioria da população negra. Aqui, os brasileiros confessam que há racismo no país, admitimos isso inclusive quando afirmamos com consciência tranquila que o racismo norte americano é mais duro do que o nosso. Não estamos fazendo nada para combatê-lo, afinal, como combater o racismo se não encontramos os racistas?

As piadas racistas proferidas pelos brasileiros não possuem nenhum pacto com a ideia de democracia racial. Travestidas de humor, nossas declarações ressuscitam velhos e corriqueiros preconceitos e desmascaram a impressão de que vivemos em uma sociedade racialmente harmoniosa. Essa dissonância pode ser retratada na seguinte piada:

Perguntam pro Akito:

- Você se considera racista, japonês?
- Non, de jeito nenhum. Pra mim, todo mundo é igual!
- Tem certeza? Olha...
- Bom, pra falar a verdade, Akito non vai muito com a cara de aremão, né?
- Por quê?
- Ah, porque prometeram acabar com judeus e fizeram serviço de preto, né? (FONSECA, 2012, p. 96-97).

Essa piada é tipicamente brasileira. Primeiramente transfere-se o preconceito para um sujeito japonês, quando na verdade poderia ser chamado de João, Maria ou Monteiro Lobato. Em segundo, recorre-se ao estereótipo de que o negro é incompetente e o associa debochadamente

ao alemão. Ademais, o fato de ainda discutirmos se há ou não racismo no país indica a nossa falta de vocação para compreender nossa história. Afirmar que não somos racistas não é ironia, é ideologia.

REFERÊNCIAS

ABI - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Caso Maju*: quatro são denunciados por racismo. 2016a. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/mp-denuncia-quatro-por-crime-de-racismo-contra-maju/>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

ABI - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA. *Repórter recebe ameaças após reportagem na TV*. 2016b. Disponível em: <<http://www.abi.org.br/reporter-recebe-ameaca-apos-reportagem-na-tv/>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

AMAR, Paul. Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In: AMAR, Paul. *Elemento suspeito*: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 229-281

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*: o negro no imaginário das elites – século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (Org.). *Psicologia social do racismo*: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CARLIN, John. *Conquistando o Inimigo*: Nelson Mandela e o jogo que uniu a África do Sul. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

CARVALHO, José Jorge de. Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros na UNB. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, jan./jun. 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*: o discurso competente e outras falas. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FAZZI, Rita de Cássia. *O drama racial de crianças brasileiras*: socialização entre pares e preconceito. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FERREIRA, Lígia F. “Negritude”, “Negridade”, “Negrícia”: história e sentidos de três conceitos viajantes. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 9, p. 163-183, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50048/54176>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

FERREIRA, Pedro. Mãe denuncia racismo contra filha de 4 anos; aluna é xingada de ‘preta horrorosa’. 2012. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/mae-denuncia-racismo-contrafilha-de-4-anos-aluna-e-xingada-de-preta-horrorosa/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FIGUEIREDO, Ângela; GROSGOUEL, Ramón. Racismo à brasileira ou racismo sem racistas: colonialidade do poder e a negação do racismo no espaço universitário. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 223-234, 2009. Disponível em: <www.revistas.ufg.br>. Acesso em: 10 dez. 2016.

FONSECA, Dagoberto José. *Você conhece aquela?* a piada, o riso e o racismo à brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2012.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Combatendo o racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 103-117, 1999.

HABIB, Paula Atantes Botelho Briglia. “Eis o mundo encantado que Monteiro Lobato criou”: raça, eugenia e nação. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

HARARI, Yuval Noah. *Sapiens: uma breve história da humanidade*. 12. Ed. Tradução: Janaína Marcoantonio. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

HART, Carl. “Nosso lar é onde está o ódio”. In: _____. *Um preço muito alto: a jornada de um neurocientista que desafia nossa visão sobre as drogas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

KALY, Alain Pascal. O ser preto africano no “paraíso terrestre” brasileiro: um sociólogo senegalês no Brasil. *Lusotopie*, Liboa, p. 105-121, 2001.

KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, dez. 2004.

LOBATO, Monteiro. *Peter Pan: a história do menino que não queria crescer*, contada por Dona Benta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1953.

MOREIRA, Adilson. *Ações afirmativas e interesses estatais: políticas raciais como instrumentos de transformação social*. 2010. Disponível em: <<http://www.observatoriodaeducacao.org.br>>. Acesso em: 28 abr. 2015

MUSUMECI, Leonarda; RAMOS, Silvia. *Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NASCIMENTO, Abdias; LARKIN, Elisa. Nelson Mandela no Brasil. In: NASCIMENTO, Abdias. *Grandes vultos que honraram o Senado*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. p. 254-258.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2003.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil in *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2015

OLIVEIRA, Eduardo de Oliveira e. O mulato, um obstáculo epistemológico. *Revista Argumento*, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 3, p. 65-73, jan. 1974.

O'REILLY, Bill; DUGARD, Martin. *Os últimos dias de John F. Kennedy*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

PENA, Sérgio D. J. *Humanidade sem raças?* São Paulo: Publifolha, 2008.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. *Direitos humanos e as práticas de racismo*. Brasília: Câmara dos Deputados; Edições Câmara, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Consuelo Dolores. *Negro, qual é o seu nome?* Belo Horizonte: Mazza, 1995.

SILVA, Maria Nilza da. O Negro no Brasil: um problema de raça ou de classe? *Revista Mediações*, Londrina, v. 5, n. 2, p. 99-124, 2000.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos. *Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil Mestiço*. 2008. Dissertação (Mestrado de História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

THURAM, Lilian. *As minhas estrelas negras: de Lucy a Barack Obama*. Tradução de Suzana Souza e Silva. Lisboa, Portugal: Tinta-da-China, 2013.

TURRA, Cleusa; VENTURI, Gustavo. *Racismo cordial: a mais completa análise sobre preconceito de cor no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.